

Política entre ações comunicativas e Circulações Disruptivas



Antônio Fausto Neto¹

Resumo: Na campanha eleitoral brasileira de 2018 e na posse do presidente, surge um novo estágio da mediatização da política, chamando atenção para estratégias comunicacionais que tiram de cena os *mass medias* enquanto “elo intermediário” entre instituições e sociedade. Tais estratégias apoiam-se em matriz de circulação através de operações que disseminam “discurso de combate” às estruturas de mediação através da argumentação de que “podemos fazer sozinhos”, “tendo Deus acima de tudo”. Contemplam como coletivo o “nós-inclusivo”, cujas marcas de existência se enunciam na campanha e no ambiente da posse do novo presidente. A posse se desenrolou em meio a lógicas de contenção e de vigilância sobre os jornalistas que, privados de circular, enunciam a narrativa dos sitiados em ruptura com as “gramáticas da vigilância” e a “retórica do combate” sustentada na fala presidencial no parlatório diante da Praça dos Três Poderes.

Palavras-chave: Política. Circulação. Sentidos.

Política entre acciones comunicativas y Circulaciones Disruptivas

Resumen: En la campaña electoral brasileña de 2018 y en la toma de posesión del presidente, aparece una nueva etapa de mediatización de la política, que llama la atención sobre las estrategias de comunicación que sacan a los medios de la escena como un “vínculo intermedio” entre las instituciones y la sociedad. Dichas estrategias están respaldadas por una matriz de circulación a través de operaciones que difunden el “discurso de combate” a las estructuras de mediación a través del argumento de que “podemos hacerlo solos”, “teniendo a Dios sobre todo”. Contemplan el “nosotros-inclusivo” como un colectivo, cuyas marcas de existencia se enuncian en la campaña y en el entorno de la toma de posesión del nuevo presidente. La inauguración tuvo lugar en medio de lógicas de moderación y vigilancia sobre los periodistas que, privados de circular, enuncian la narrativa de los sitiados en

1 Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal de Juiz de Fora (1972), mestre em Comunicação pela Universidade de Brasília (1977), doutor em Sciences de La Communication Et de L'information - Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales - França (1982) e estudos de pós-doutorado na UFRJ - RJ (1990). Pesquisador 1A do CNPq; Consultor ad hoc: CAPES, CNPq, Professor titular da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS); ex-professor na UFRJ, UFPb, UnB e PUC-Minas. Professor Colaborador do Mestrado Profissional em Jornalismo da UFPB Campus João Pessoa. Presidente do Centro Internacional de Semiótica e Comunicação (CISECO). Co-fundador da Associação Nacional de Programas de Pós-Graduação em Comunicação - Compós.

la interrupción de las “gramáticas de vigilancia” y la “retórica de combate” sostenida en el discurso presidencial en el parlamento antes de la Plaza dos Três Poderes.

Palabras clave: Política. Circulación. Sentidos.

Politics between communicative actions and Disruptive Circulations

Abstract: In the 2018 Brazilian electoral campaign, and the President’s taking office, a new stage of the mediatization of politics emerges, drawing attention to communication strategies that take the mass media out of the picture as an “intermediate link” between institutions and society. They rely on a matrix of circulation through operations that disseminate the “combat discourse” to the mediation structures by arguing that “we can do it alone,” “having God above all.” They contemplate it like a collective, the “inclusive-we,” whose marks of existence are enunciated during the campaign and in the ambiance of the new President’s taking office. His taking office unfolded amidst logics of restraint and vigilance over journalists who, deprived of circulation, enunciate the narrative of the besieged in disruption with “grammars of vigilance” and the “rhetoric of combat” sustained by the presidential speech in the parlatory of the Praça dos Três Poderes.

Keywords: Politics. Circulation. Meaning.

1 Nota Introdutória

Ao longo de várias décadas, acontecimentos políticos, como as eleições presidenciais nos cenários nacional e internacional, ocorreram através de mediações de tecnologias de caráter *mass*-midiático em um contexto nomeado como “sociedade dos meios”. Destacam-se, dentre outros, o primeiro debate televisivo entre Nixon e Kennedy que marca, nos anos 60 do século passado, os primeiros momentos da audiovisualização da política. Em anos seguintes, registra-se, nas eleições presidenciais francesas, o protagonismo midiático. Após sucessivas negociações, foi acertada a presença de um jornalista como mediador do debate envolvendo o socialista François Mitterrand e seu oponente Giscard D’Estaing. A vitória do primeiro foi atribuída à performance do mediador-jornalista; ela roubara de cena o ímpeto retórico e de bom debatedor do seu oponente, a ser usado no contexto de contato direto, sem mediações, como as de natureza jornalística. A estratégia frustrada era entendida como possibilidade de consolidar os prognósticos das pesquisas nas quais Giscard D’Estaing seria o

candidato vencedor. No contexto brasileiro observa-se, ao longo de eleições realizadas entre o período de 1982 a 2014, recurso crescente as operações midiáticas. Elas se manifestam, igualmente, em complexos acontecimentos como processos de impeachment que envolveram o destino de dois ex-presidentes da República. Trata-se de uma larga temporalidade que destaca, em um primeiro estágio, a existência dos meios na condição de “elo de contato” entre as instituições e os atores sociais, e num segundo, a realização das eleições presidenciais mais recentes, de 2018, (incluindo o desenrolar do primeiro ano de mandato do atual presidente), geridas por lógicas e operações de complexos processos de midiaticização. No contexto de um primeiro período nomeado como “sociedade dos meios”, a literatura acadêmica, especialmente nas áreas da política e da comunicação, destaca a centralidade dos meios como instância de gestão dos processos interacionais principalmente entre estes campos sociais específicos. Estudos emergentes apontam as novas condições de midiaticização da política como um segundo cenário, cujas manifestações midiáticas vão além das fronteiras e intervenções de operações dos *mass media*. Chamam atenção para as transformações de campos sociais, especialmente o comunicacional e o da política, ao se observar que o “funcionamento das instituições, das práticas, dos conflitos, da cultura, começa a se estruturar na relação direta com a existência dos os meios” (VERÓN, 2001, p. 15).

Se as campanhas eleitorais de outrora eram pensadas e referidas em regras técnico-estéticas audiovisuais, observa-se que, progressivamente, práticas de comunicação política passam a se organizar de modo intenso e acelerado, segundo outras lógicas e operações midiáticas. A subsequente emergência da internet, já nos fins do século passado e no início do atual, produz uma mutação, ainda em curso, nos processos interacionais entre as instituições e os indivíduos. Tais relações passam a funcionar com menor intensidade da mediação dos protocolos de regulações, baseados nas lógicas dos *mass media*. Os vínculos entre produtores e receptores de discursos, que eram construídos em torno da circulação de sentidos, segundo atividade disseminadora de “um para muitos”, sofrem alterações em suas dinâmicas. Estes polos passaram a se vincular segundo padrões relacionais que vão enfraquecendo, progressivamente, a natureza da interação centrada principalmente na atoralidade dos nichos midiáticos. Trata-se do estágio seminal da “desmediação” que é explicada pela emergência da midiaticização intensa, também chamado de revolução do acesso (VERÓN, 2013), cujo funcionamento produz complexos feedbacks entre diferentes instituições e atores sociais. É verdade que se trata de um fenômeno situado em estágio específico, mas seus efeitos afetam o funcionamento de todas as práticas sociais, ainda que de modo heterogêneo. Particularmente na esfera da comunicação política, na

medida em que as condições de acesso e de manejo discursivos geram profundas marcas sobre as lógicas *mass* midiáticas. Interações no seio das campanhas eleitorais, entre candidatos e eleitores, ou na esfera da governabilidade, entre presidente e cidadãos, passam a ser tecidas diretamente sem a intervenção midiática, até então exercida pela gestão técnico-discursiva das chamadas antigas mídias. Emerge no contexto da midiaticização um novo cenário de circulação no qual atores se contatam via protocolos de redes digitais, segundo fluxos diretos e equidistantes de “contratos de leitura” formulados, até então, pelos princípios de regulação *mass* midiática. Resulta, assim, novo cenário de manifestações como aquelas que afetaram as condições de midiaticização presidencial, de modo intenso e amplo, já na primeira década do século XX. (FAUSTO NETO; MOUCHON; VERÓN, 2012)

As reflexões aqui propostas elegem aspectos dessa nova configuração de ação comunicativa que se manifestou na campanha das eleições brasileiras de 2018. Descrevem características de uma matriz que pode enfraquecer o trabalho de estruturas (simbólicas) intermediárias, como assim são reconhecidos os chamados meios tradicionais de comunicação. O universo das redes sociais aparece como um cenário que arquiteta novas formas de interação, submetendo os campos sociais a novas condições de interfaces e de interpenetração, através de estratégias de contato. A referência mais presente é a própria campanha presidencial de 2018, quando fundamentos desta nova “pedagogia” são ofertados e postos em ação, especialmente pelo viés de redes sociais, mediante “estratégias de combates” que foram consideradas alternativas às utilizadas por campanhas anteriores, qualificadas como formas de mediação. Para tanto, pontuamos, inicialmente, algumas observações acerca dos fundamentos teóricos sobre os quais repousa a reivindicada comunicação sem agentes intermediários *mass* midiáticos, num cenário de circulação no qual os sentidos seriam disseminados diretamente, via contatos entre atores políticos e sociais.

Porém, esse modelo de ação comunicativa fundada em contatos diretos e que sinaliza para os cenários de “desmediação” merece comentários mais cuidadosos. Devemos lembrar que, mesmo nesse modelo em que as interações deixam de ser dinamizadas pela instância dos *mass media*, aponta-se a manifestação de outras práticas de intermediação. Por exemplo, aquelas que envolvem grandes empresas digitais que afetam as interações entre partidos, candidaturas políticas e eleitores. Seus postulados se manifestam, de um lado, nas condições de produção das estratégias de campanhas eleitorais, bem como nas possibilidades de acesso às suas ofertas, por parte do trabalho interpretativo que se faz no âmbito dos atores sociais. A esta nova articulação se somam os protocolos de redes sociais enquanto local

de engendramento e de exteriorização de marcas destas construções discursivas. Trata-se de um novo nicho, distinto da situação na qual os *mass media* se constituíam, até então, numa espécie de matriz de funcionamento do discurso político.

Nestas condições, a campanha eleitoral e o funcionamento do primeiro ano do presidente Jair Bolsonaro se fizeram e se organizaram segundo lógicas comunicacionais, com ênfase em nova arquitetura comunicacional na qual protocolos sociotécnicos têm se afastado, em termos de metodologias e de racionalidades, dos protocolos dos chamados tradicionais sistemas midiáticos. Observa-se a reedição de antigos circuitos transmissionais, cujos fundamentos e ações se apoiam em “técnicas de estilhaçamentos” de mensagens que se operacionalizam em cenário de circulação, segundo dinâmicas do “ir adiante”. Essas mensagens são desdobradas, segundo fluxos de ações que são implementadas por várias instâncias – seguidores ou militantes –, enquanto cooperadores que cuidam de potencializar e evidenciar a existência de imensos circuitos de trânsito de sentidos. O cenário no qual se dão tais práticas visa a materializar o enfraquecimento ou desaparecimento das formas convencionais de mediação. Suas referências vão em consonância com as manifestações discursivas do próprio presidente que, além de se expor diretamente às expectativas interacionais das redes sociais, assume um comportamento de combate sistemático a outros circuitos de comunicação, constituídos pelos chamados “velhos meios”, a quem nomeia como “inimigos”, e pelos jornalistas, como seus principais operadores.

2 O acontecimento sob contenção

Uma das referências de materialização dessa cultura do combate às chamadas velhas estruturas de circulação se manifestou durante a solenidade de posse do presidente, em janeiro de 2019, quando as condições de trabalho e de mobilidade requerida por parte dos jornalistas, para o exercício da cobertura do evento, foram cerceadas pelos organizadores sob alegação de razões de segurança. Algumas marcas sobre o estágio ostensivo dessas estratégias de contenção do trabalho da circulação de sentidos, por parte dos jornalistas, são enunciadas neste artigo, mais adiante, através de narratividades que ensinam nomear esse cenário como sendo de circulação cerceada. Descreveremos algumas operações enunciativas que envolvem exclusão, discriminação e contenção de jornalistas e que foram elaboradas segundo fundamentos e expectativas de “gramáticas de vigilância”. Nelas, estão previstos os primeiros efeitos destas “lógicas de contenção” ao processo de circulação que envolveriam a ação dos

jornalistas no contexto daquela solenidade. Chamamos a atenção para os efeitos de tais regulações sobre a topografia da solenidade, os quais afetaram diretamente as possibilidades de conversação entre o presidente e seus seguidores, admiradores etc.

Situados em locais diferentes, separação que estimulava apenas uma “celebração permitida”, talvez não pudessem os que ali se faziam presentes capturar de modo mais abrangente os efeitos mais complexos dessa organização. O cerimonial previsto impunha-se e, no lugar (da expectativa) de uma fala de celebração, a ser compartilhada entre presidente e seguidores, enunciam-se, nesse contexto de circulação restrita, apenas os ecos difusos de emulação ao discurso de combate. Este se manifesta na própria fala do presidente, certamente ainda alimentada pelo imaginário da campanha eleitoral e equidistante de um discurso convergente com a natureza de uma solenidade cívica como a posse do presidente da República. A quem falaria o presidente, enquanto interlocutores? Aos jornalistas, que estavam proibidos de lhe contatar, inclusive com a emissão de perguntas? Àqueles que dele não poderiam se aproximar para os cumprimentos, ainda que protocolares, em consequência dos efeitos do loteamento a que foi transformado o espaço da solenidade. Nessa topografia não havia espaço para dissensos, conforme temiam as expectativas das forças de vigilância. Mas, a despeito de restrições suscitadas por tais imaginários, emerge um certo tipo de “disrupção”: tímidas vozes, ou registros de gravação, emanam da multidão, anunciando que “o mito – o capitão – voltará!”, espécie de registro fugaz cujo ato e significante permitiriam várias leituras.

Entendida como uma espécie de “disrupção involuntária”, uma segunda voz – além da do presidente – surge no contexto e, mesmo que tivesse sido prevista pelo cerimonial, é enunciada por um outro corpo significativo – o da mulher do presidente, que ofusca por alguns instantes sua presença, embora já estivesse envolto pela faixa presidencial. A voz da primeira-dama desloca-se, momentaneamente, do núcleo da lógica do cerimonial, ao proferir do parlatório da solenidade, discurso em Língua Brasileira de Sinais (Libras) dirigido aos presentes. Contempla um outro “mercado discursivo” constituído por aqueles que, apesar de não escutar e falar, se comunicam, fazendo irromper outra enunciação que se diferencia da palavra alocutória do discurso presidencial. Sua significação se sobrepõe à festa presidencial e se distingue da fala do seu principal personagem. Trata-se de uma fala dirigida a interlocutores específicos, a quem saúda. Ao invés de os exortar para ações, conforme assim se enunciou o discurso presidencial, essa fala produz uma segunda irrupção: inverte o status dos que ali estão, pois traz alguns sujeitos para o centro da solenidade. Aqueles que com ela compartilham um determinado sistema codificador de mensagens colocando numa situação de deriva as massas que se contraem na Praça dos Três Poderes.

3 “Ação comunicativa”: contato direto, mas em termos

Conforme apontamos, as bases conceituais e os fundamentos em que se inspiram as estratégias de construção de contato entre a campanha e as ações comunicacionais do governo Bolsonaro estão associados ao ponto de vista segundo o qual o esmaecimento das mediações midiáticas, pelo surgimento das lógicas das redes sociais, ensejaria outro cenário de circulação. Ao discurso da “revolução do acesso” sobrepõe-se um outro, o qual aponta a internet transformada como um campo de batalha. Os processos orquestrados em torno das mediações desapareceriam, dando lugar àqueles estruturados em torno dos coletivos (apoiadores) digitais. Circuitos interacionais se constituiriam entre atores políticos e eleitores em meio às injunções de instituições do universo digital. Ao longo das primeiras décadas deste novo século, e já no cenário da midiatização em processo, essa problemática tem estado, principalmente, na agenda da comunicação política sob a argumentação de que a natureza da mediação midiática inibia as possibilidades de contatos diretos, aumentando a distância entre governantes e governados. Novos protocolos interacionais, ensejados pelos ventos da “revolução do acesso”, transformariam protocolos, até então hegemônicos, operados pelos *mass media* – enquanto instância de mediação entre governantes e sociedade – em um novo cenário comunicacional caracterizado por uma “arquitetura comunicacional” que transcenderia a paisagem de interações midiáticas.

Nesse novo cenário são destacadas as condições que caracterizariam as novas possibilidades de acesso dos indivíduos à problemática de discursos de várias naturezas, sem a interferência de filtros, *gatekeepers* e mediações regulatórias. A despeito desse discurso afirmativo, as novas dinâmicas que possibilitariam interação entre instituições e atores sociais seriam permeadas por complexas interações cujos componentes integrariam um novo cenário comunicacional constituído por tecnologias de agentes, negócios, produtos digitais etc. As possibilidades de contatos ensejadas pela emergência da internet seriam atravessadas por lógicas e racionalidades diversas, de diferentes segmentos institucionais que se manifestariam via suas práticas, como novas formas de mediação, no âmbito da rede, transformando-a em campo de batalha e de disputas de sentidos. Um dos argumentos sobre a desmediação das interações sociais aponta que as políticas de mediação desenvolvidas pelos *mass media*, no âmbito da sociedade dos meios, estariam a serviço dos ideais das majorias na condição de atores de gestão do processo social. Enfraquecer tais estruturas, dinamizando as novas, de caráter digital, significaria a emergência de outros protocolos nos quais muitos falariam para muitos. Porém, não podemos esquecer que o novo cenário de processos interacionais, engendrados pelas lógicas de redes, é também constituído pela presença e manifestações de novas mediações, como

é o caso de empresas e grupos econômicos, de bancos de dados etc., cujas injunções e práticas engendram as ofertas de sentidos no âmbito da internet. Esta perspectiva procura destacar como a internet tem sido apropriada por agenciamentos de várias formas de agentes e de instituições, transformando-a em campo de disputas de sentidos. Apostou-se na crença segundo a qual o uso de redes sociais por parte de governos poderia assegurar novas formas de acesso e de contato entre instituições e atores sociais, em situações nas quais a circulação de mensagens sofreria menos injunções de outros mecanismos, hipóteses estas que orientariam, principalmente, práticas governamentais e estratégias de campanhas eleitorais, como as que envolveram a eleição do presidente. Esta, a exemplo de outras, como a de Donald Trump, repousou na recusa das mediações tradicionais, segundo desqualificação que envolve as formas de contato que viessem a ser operacionalizadas segundo lógicas dos *mass media*. Deve-se admitir que transformações na ecologia comunicacional, com o surgimento de redes sociais, afetam largamente os padrões de contato entre instituições e sociedade, mas, de alguma forma, substituiu-se uma lógica (a das mídias convencionais) por uma outra similar, ao se apostar que efeitos estimados de algumas mensagens poderiam resultar, automaticamente, de estilhaçamentos, segundo novos padrões de circulação de discursos. A crença nesse ponto de vista é exteriorizada em algumas falas do atual presidente, ao destacar a importância dos fundamentos de uma ação comunicativa de sua campanha eleitoral e de momentos dos seus primeiros meses de governo, inspirados em táticas de beligerância. Essas táticas teriam, nas redes sociais, o nicho de produção de mensagens com alto poder ofensivo, ao serem estilhaçadas conforme preveem subsídios da “cultura da convergência”.

No interior dessa escalada de estilhaçamentos, as pessoas funcionariam como “unidades repetidoras” de enunciações ao circularem informações em diversas redes. Repetidores geram repetidores, ampliando circuitos, ao receberem mensagens que, contudo, sofrem elaborações/interpretações do fluxo precedente, e que são levadas adiante, segundo processo infinito e não determinístico em termos de sentidos. Bolsonaro simplifica a compreensão desta nova dinâmica de circulação de mensagens ao eleger um aspecto causalista – a transmissão de um para outro – como um explicativo:

[...] não tenho controle sobre milhões de pessoas que me seguem, um ou outro caso acaba extrapolando. Agora o seguidor meu extrapola, a culpa cai em cima de mim como se eu fosse o capitão que tivesse uma tropa ao meu comando para fazer aquilo que eu falo. (BRITO, 2018, transcrição da fala de Bolsonaro).

Essas observações sugerem pensar que não existe intermediário e que o esquema de produção de circuitos entre atores políticos e

sociedade funciona de modo espontâneo. Trata-se de uma visão equivocada. Há, sim, outros coletivos e protocolos de mediações, por exemplo, as plataformas que desenvolvem e impõem suas próprias regras e prescrições, como elementos organizadores de enunciações e que circulam, na forma de enunciados, operando na dinamização e semantização de novas mensagens. Nestas condições, tanto esses mediadores quanto os atores sociais se sentem investidos de empoderamentos, levando adiante fluxos de discursos que se somam em torno de heterogeneidades de gramáticas e que se proliferam crescentemente, de modo complexo. Resultam novos coletivos que produzem e circulam sentidos em torno de muitos formatos, como é o caso de redes que, muitas vezes, são os destinos de “aglomerações momentâneas”. Quando JB afirma que “cheguei ao poder graças às mídias sociais” (UOL, 01/11/2018) reduz, ou mesmo desconhece, a importância de velhas mediações. Contudo, ao mesmo tempo, reconhece o amparo de outras estruturas de mediação ao possibilitar o acesso dos atores no cenário da atividade discursiva em transformação.

A despeito do trajeto de acesso à ambiência das redes, o discurso presidencial deixa revelar uma percepção oscilante sobre as mediações midiáticas. Ameaça a sobrevivência dos meios convencionais ao lembrar que pode cancelar as subvenções publicitárias que elas recebem do Estado. Ao mesmo tempo, adota comportamento seletivo para com os meios tradicionais, ao comparecer para conceder entrevista apenas a uma determinada mídia televisiva, por ele escolhida e reconhecida como a sua porta-voz audiovisual durante a campanha. Concede entrevistas apenas a jornalistas selecionados pelos assessores, impondo restrições à participação de outros veículos, segundo critérios que não são anunciados explicitamente. Aceita participar de programas radiofônicos desde que seja entrevistado apenas pelo principal responsável, evitando, assim, ser inquirido por um jornalista coparticipante, possivelmente profissional considerado suspeito em relação às suas teses de campanha etc.

Por ocasião de um dos seus discursos de posse, mantém aberto o “discurso de combate” às mídias tradicionais, avisando a seus eleitores e seguidores que “o poder popular não precisa mais de intermediação, pois as novas tecnologias permitiram uma relação direta entre eleitores e seus representantes” (FSP, 10/12/2018). O presidente vai sendo pautado pela lógica do Twitter, segundo a qual candidatos ficavam acessíveis a 140 caracteres de distância, enquanto possibilidade de contato com a população. Em parte, isso é verdade, se admitirmos que as condições de acesso entre os atores desses circuitos de comunicação são dinamizadas pelas redes. Porém, não se pode garantir que resultem da eficácia de tal acessibilidade afirmações segundo as quais as redes, apenas elas, elegeram um novo presidente da República. Outros fatores são corresponsáveis, como o

papel estratégico de novas estruturas de mediação. Devemos ratificar o ponto de vista segundo o qual a internet é uma rede complexa, pois é permeada por operações de várias práticas sociais – especialmente aquelas de empresas de várias naturezas, inclusive de origem digital, que teriam emprestado colaboração à campanha do presidente eleito, através de postagem e de circulação de mensagens. Outras estruturas intermediárias – como mentores e admiradores de JB – se agregam ao “disparo de mensagens”, ampliando a sua ofensiva de combate contra as mediações jornalísticas. Logo após sua vitória, e antes mesmo de sua posse, mensagens emitidas por seus simpatizantes sustentavam agenda belicosa nas redes sociais, contra as instâncias de mediação, afirmando que “os jornalistas são os maiores inimigos do povo, seja nos Estados Unidos ou no Brasil” (CARVALHO, 2016, online).

O tom de discurso de caráter discriminatório contra jornalistas cresce e se dissemina na ambiência dos festejos de posse, via apelos que, de alguma forma, argumentam contra a permanência dos jornalistas (estrangeiros) na própria topografia dos acontecimentos que se avizinham: “os representantes de órgãos de mídia estrangeiros que só vão ao Brasil para dar palpites em vez de noticiar fatos deveriam ser banidos do território nacional” (CARVALHO, 2019, online). O discurso político que se enuncia nas redes, sustentando a desqualificação da mediação clássica, tipifica os jornalistas como inimigos do povo – cuja saída de cena seria a condição de se desobstruir a “circulação livre” – contamina o ambiente da posse do presidente e seus festejos. Dá origem à materialização de regras que cerceiam, de fato, a circulação, obstruindo as operações jornalísticas que ali seriam enunciadas, sob a alegação de que seriam restrições de segurança, de uma “posse diferenciada”, que imporiam limites à atuação da imprensa durante as três cerimônias em que Bolsonaro será efetivado no cargo de presidente da República (BENITES, 2019).

4 Disrupções na circulação cerceada: fragmentos de uma narrativa excluída

Fragmentos discursivos sobre o funcionamento da circulação ganham corpo ao transformar o ambiente da festa (espaço físico) em subloteamentos dentro dos quais os jornalistas são retidos, sob determinadas condições de cerceamento à sua mobilidade. A cobertura de posse do presidente é transformada, nestas circunstâncias, em outro acontecimento que chama atenção para o tratamento a que foram submetidos os jornalistas, durante uma longa jornada de dez horas de trabalho. Gera-se uma narrativa enunciada por eles mesmos e que se alimenta, também, de fragmentos de relatos dos “assessores” e das “orientações” de funcionários dos esquemas de segurança

que trabalhavam na solenidade. Atônito com a situação, jornalistas estrangeiros desabafavam: “o que nós viramos? Fizemos tudo o que já fizemos para terminar aqui”. (BERGAMO, 2019, online)

Em que consistia tal ritual de contenção? O ritual dizia aos jornalistas onde e como poderiam se locomover, especialmente onde “não poderiam ter acesso livre”. Conforme advertências dos assessores do cerimonial: “devem evitar movimentos bruscos. [...] fotógrafos não deveriam erguer suas máquinas. Qualquer movimento suspeito poderia levar um atirador de elite a abater o alvo [...] não tentem pular uma cerca. Não façam isso. A gente tem que avisar. Porque depois alguém toma um tiro” (BERGAMO, 2019, online). As falas dos assessores se mesclam com observações dos próprios jornalistas, e

Alguns [profissionais] se dirigiram ao cafezinho [...], mas foram convidados a se retirar do local. Teriam que ficar confinados no salão separados por um cordão da passarela com tapete vermelho onde passariam as autoridades [...] Correspondentes internacionais chegaram a se retirar do prédio [Itamarati]. (BERGAMO, 2019, online).

O texto apresenta, ainda, relato de jornalistas que abandonaram a cobertura diante das condições a que estiveram submetidos – “confinados e com acesso restrito à água e ao banheiro”, denuncia Renata Agostini (2019, online), via Twitter. Especificamente, no Congresso, há manutenção dos jornalistas em locais alijados das fontes, sem poder se locomover ou sequer ter condição de abordar os presentes, alertava a revista VEJA (07/01/2019). Correspondentes da China e da França decidiram abandonar a sala onde estavam confinados no Itamarati. Disseram que não aceitariam ficar em cárcere privado, alegando que “não tem sentido nós ficarmos aqui o dia todo, até as 19h, sem poder falar com ninguém. Prefiro ir à rodoviária, à rua, qualquer lugar para ouvir as pessoas”, relata a apresentadora Fanny Marie, do canal TV France 24 horas, desistindo da cobertura (GOVERNO..., 2019, online). O tema das precárias – ou inexistentes – condições de circulação dos jornalistas, é abordado também sob um outro ângulo:

A necessidade real de segurança do presidente eleito está sendo usada como pretexto para restringir o trabalho da imprensa. Eles [os jornalistas] somente poderiam ir e voltar para um ponto específico com transporte do governo. Os jornalistas precisam circular pelo local onde estão a falar com diversas pessoas. É a chance de se aproximar dos novos ministros ou assessores ou de ouvir autoridades. Mas, se ficam confinados a um local específico, como se fosse gado em um curral, não conseguem fazer seu trabalho. (LEITÃO, 2019).

Instituições jornalísticas abordam a questão em documentos postos em circulação: a Associação Brasileira de Jornalismo Investigativo (Abraji) tocou frontalmente na questão que era imposta aos jornalistas: “Um governo que restringe o trabalho da imprensa ignora a obrigação

constitucional de ser transparente. Os brasileiros receberão menos informações sobre a posse presidencial por causa das limitações impostas à circulação de jornalistas em Brasília” (ABRAJI, 2019, online).

A Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) lembrou que, durante a história recente do país, nunca houve restrições ao trabalho dos jornalistas para a cobertura de posse dos presidentes (GOVERNO..., 2019). A Associação Brasileira de Imprensa (ABI) em nota avaliou que “o que viu em diferentes cenários de Brasília é incompatível com o regime democrático. O novo mandatário precisa ser alertado que a campanha eleitoral terminou” (GOVERNO..., 2019, online). As discriminações contra jornalistas ultrapassaram as fronteiras do ambiente no qual se realizavam as comemorações da posse. Mulheres jornalistas que se pronunciaram contra as condições de trabalho a que profissionais da imprensa foram submetidos, durante a cobertura da posse de JB, em 1º de janeiro de 2019, estão sendo assediadas virtualmente nas redes sociais, denunciou a Abraji em nota sobre as restrições que afetaram a circulação de jornalistas durante a cobertura de posse presidencial, em Brasília (ZAHAR, 2019). Um outro relato descreve de modo amplo, o cenário de restrições impostas aos jornalistas:

Eram 1.500 jornalistas na cobertura da posse de Bolsonaro. Eram revistados ao menos duas vezes, obrigados a se apresentar 7 horas antes da posse, serem confinados em cercadinhos sem cadeira, sem alimento, sem direito a ter maçã, iogurte ou garrafa de água, com restrição de acesso a banheiro e bebedouro, o planejado para os jornalistas foi humilhação generalizada. (FREITAS, 2019, online).

5 Notas em conclusão: circulação em dissimetrias

Descrevemos algumas características de cenários de circulação no contexto da midiatização em processo. Vimos que os discursos, bem como práticas da campanha, norteavam-se pelo ponto de vista que destacava transformações que se produziam através de uma dinâmica circulatória no âmbito das redes sociais. Tais mutações, como os efeitos dos contatos diretos entre governante e cidadãos, eram atribuídos diretamente às novas configurações de vínculos entre eles. Guardava-se, particularmente, a crença de que algo resultaria do trabalho de ampliação de estilhaçamentos de mensagens, por parte dos fãs e eleitores. Ou, então, pela intensa exposição do candidato-presidente via redes sociais, em momentos de sua trajetória, antes da campanha; durante sua enfermidade e seu retorno ao hospital, já apenas no segundo mês de exercício de mandato.

A estratégia seguiu a crença no ponto de vista de que “hoje em dia as coisas só começam a ter valor quando são vistas e expostas. “[...] levar adiante, tornar visível [...] significa entrar em cena, mostrar-se” (HAN, 2017, p. 125-126). Porém, a lógica que fundamenta um processo

de exposição do presidente para ser consumido em conexão frequente por parte dos seus seguidores, mesmo que observado à distância – como se deu na sua segunda internação hospitalar - gera, como resposta, uma leitura midiática suscitando outros sentidos, em divergência com a natureza da ótica da mensagem disseminada. Diz editorial jornalístico:

Bolsonaro precisa se dar conta que não está mais em campanha, quando todos os problemas do país para ele são resolvidos além de *slogans* ditados em redes sociais, sob a orientação dos filhos. Governar é muito diferente do que *twittar*. presença, articulação, lucidez, isto é tudo que Bolsonaro convalescente e a reboque dos aliados mais radicais ainda não conseguiu oferecer ao país. (GOVERNAR, 2019, grifos do autor).

Em dissimetria com as lógicas e narrativas da “circulação em contenção”, marcas dos efeitos do ritual da solenidade de posse foram compartilhadas com a sociedade mais ampla, em termos de relatos vindos da própria ótica dos jornalistas, enquanto observadores da sua própria condição de atores sitiados. Observaram que as lógicas da topografia em que se encontravam, e que foram descritas por suas próprias narrativas, não poderiam proporcionar a enunciação da festa. Isso porque as lógicas da vigilância e as da contenção são inconcebíveis com aquelas sobre as quais repousariam narrativas da celebração de um ato cívico que transcende restrições de rituais que aprisionam mediações. A temporalidade do evento, que “é a temporalidade da sociedade atual” (HAN, 2017, p. 114-115), perde contato com tudo o que é vinculativo, com tudo o que estabelece laços com aquilo que se compreende sobre a natureza da celebração cívica enquanto festa.

Quase dois meses após a posse do presidente, circulação de mensagens envolvendo circuitos digitais e *mass* midiáticos continuam pregando surpresas às ações comunicativas governamentais. O presidente distribui vídeo e diz, pela TV, que um dos seus principais auxiliares mentira e que, por esta razão, perderia o cargo no *staff* governamental. Dias depois, mídias tradicionais, como uma revista semanal, com a co-testemunhalidade de telejornais, são protagonistas da veiculação de áudios contendo o diálogo entre o presidente e seu ex-assessor confirmando a ocorrência de três momentos em que os dois teriam conversado e tornando clara a ocorrência de telefonemas (mensagens de WhatsApp) entre eles. Se o assessor é demitido por um vídeo presidencial, ato contínuo, com a edição do Diário Oficial que publica o seu desligamento, o processo de circulação leva o caso adiante, apontando que as certezas sobre os efeitos (lineares) de estilhaçamentos de mensagem contendo a versão governante não se efetivam. E que, malgrado o porta-voz da presidência ter ignorado pergunta de um jornalista sobre a disseminação dos vídeos e a posição governamental sobre o assunto, outros circuitos *mass* midiáticos e digitais levavam adiante, naquele mesmo momento, a midiaticização da agônica conversa cujo controle evapora-se

na dinâmica dos processos de circulação de sentidos. Muitas disrupções podem surgir desses processos, cujas bordas de contenção não dão conta de vazamentos e de fluxos em descontinuidades.

Referências

ABRAJI. **Um governo que restringe o trabalho da imprensa ignora a obrigação constitucional de ser transparente...** 01 jan. 2019. Twitter: @abraji. Disponível em: <https://twitter.com/abraji/status/1080149195397447681>. Acesso em: 08 jan. 2020.

AGOSTINI, Renata. **Alguns jornalistas estrangeiros abandonaram a cobertura diante das condições a que estão sendo submetidos [...]**. 01 jan. 2019. Twitter: @renataagostini. Disponível em: <https://twitter.com/renataagostini/status/1080118699577798656>. Acesso em: 08 jan. 2020.

ANDRADE, Hanrrikson de; MAIA, Gustavo. **Bolsonaro sobre papel da imprensa: “Cheguei ao poder graças às mídias sociais”**. UOL, 01 nov. 2018. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2018/11/01/bolsonaro-relacao-com-imprensa-midias-sociais.html>. Acesso em: 20 fev. 2019.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. São Paulo: DIFEL, 1982.

BENITES, Afonso. Cerimonial da posse de Bolsonaro impõe série de restrições a jornalistas. **El País**, 01 jan. 2019. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2018/12/31/politica/1546277389_982663.html. Acesso em 20 fev. 2019.

BERGAMO, Mônica. Um dia de cão. **Folha de São Paulo**, 01 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/monica-bergamo/2019/01/um-dia-de-cao.shtml>. Acesso em: 08 jan. 2020.

BRITO, Ricardo. **Bolsonaro diz que não dissemina Fake News, mas não tem controle sobre a ação dos seguidores**. Notícias BOL, 04 out. 2018. Disponível em: <https://noticias.bol.uol.com.br/ultimas-noticias/internacional/2018/10/04/bolsonaro-diz-que-nao-dissemina-fake-news-mas-nao-tem-controle-sobre-acao-dos-apoiadores.htm>. Acesso em: 20 fev. 2018.

CARLÓN, Mario; FAUSTO NETO, Antônio (Comps.). **Las políticas de los internautas: nuevas formas de participación**. Buenos Aires: La Crujía, 2012.

CARVALHO, Olavo de. **Os jornalistas são os maiores inimigos do**

povo, seja nos Estados Unidos ou no Brasil. 13 nov. 2016. Twitter: @OdeCarvalho. Disponível em: <https://twitter.com/odecarvalho/status/797849373908627456>. Acesso em: 8 jan. 2020.

_____. **Os representantes de órgãos de mídia estrangeiros que só vão ao Brasil para dar palpites em vez de noticiar os fatos deveriam ser banidos do território nacional.** 2 jan. 2019. Facebook: @carvalho.olavo. Disponível em: <https://www.facebook.com/carvalho.olavo/posts/1199944283490977>. Acesso em: 8 jan. 2020.

DE BAL, Marcel Bolle. Reliance, déliance, liance: émergence de trois notions sociologiques. In: **Sociétés**, n. 80, 2003/2, p. 99-131.

FAUSTO NETO, Antônio. Circulação: trajetos e conceitos. In: **Rizoma**, v. 6, n. 2, julho-dezembro, 2018. Disponível em: <https://online.unisc.br/seer/index.php/rizoma/article/view/13004>. Acesso em 27 jan. 2019.

_____. Trajetos do corpo de uma mulher: construção e desmontagem de fake News na campanha digital de Jair Bolsonaro. In: CASTRO, Paulo César (Org.). **Circulação discursiva e transformação da sociedade.** Campina Grande: EDUEPB, 2018.

_____. Mediation x Mediatization: Concepts between trajectories; biographies and geographies. In: FERREIRA, Jairo; BRAGA, José Luiz; FAUSTO NETO, Antônio; GOMES, Pedro Gilberto; ROSA, Ana Paula. **Between what we say and what we think: where is mediatization?** Santa Maria: Editora Facos-UFSM, 2018.

_____. A circulação do impeachment: do artigo de fundo à página virada. In: CASTRO, Paulo César (Org.). **A circulação discursiva: entre produção e reconhecimento.** Maceió: Edufal, 2017, p. 235-256.

_____. Como as linguagens afetam e são afetadas na circulação? In: BRAGA, José Luiz; FERREIRA, Jairo; FAUSTO NETO, Antônio; GOMES, Pedro Gilberto (Orgs.). **10 Perguntas para a produção de conhecimento em comunicação.** São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2013, p. 43-64.

_____. Circulação além das bordas. In: FAUSTO NETO, Antônio; VALDETTARO, Sandra (Orgs.). **Mediatización, Sociedad y Sentido. Coloquio del Proyecto Mediatización, Sociedad y Sentido: aproximaciones comparativas de modelos brasileños y argentinos.** Rosario: Universidad Nacional de Rosario, 2010. Disponível em: <http://www.fcpolit.unr.edu.ar/wp-content/uploads/Mediatizaci%C3%B3n-sociedad-y-sentido.pdf>. Acesso em: 18 out. 2014.

_____. **O impeachment da televisão: como se cassa um presidente.** Rio de Janeiro: Diadorim, 1995.

_____. A Sentença dos “Media”: o discurso antecipatório do “impeachment” de Collor. In: **Textos de Cultura e Comunicação**, n. 30, 1993/2, p. 5-33.

_____. O presidente da televisão: a construção do sujeito e do discurso político. In: **Comunicação e Política**, n. 11, ano II. São Paulo: CBELA, 1989, p. 7-27

FAUSTO NETO, Antônio; MOUCHON, Jean; VERÓN, Eliseo (Orgs.). **Transformações da midiatização presidencial: corpos, relatos, negociações, resistências.** São Caetano do Sul: Difusão Editora, 2012.

FAUSTO NETO, Antônio; RUBIM, Antonio Albino C.; VERÓN, Eliseo (Orgs.). **Lula Presidente: televisão e política na campanha eleitoral.** São Paulo/São Leopoldo: Hacker/Unisinos, 2003.

FREITAS, Jânio de. O poder e dever da imprensa. **Folha de São Paulo**. 03 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/colunas/janiodefrees/2019/01/poder-e-dever-na-imprensa.shtml>. Acesso em: 08 jan. 2020.

GOVERNAR não é tuitar. **El País**, Brasil, 12 fev. 2019.

GOVERNO Bolsonaro ameaça liberdade de imprensa, segundo organizações. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 jan. 2019. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/poder/2019/01/governo-bolsonaro-ameaca-liberdade-de-imprensa-segundo-organizacoes.shtml>. Acesso em: 08 jan. 2020.

HAN, CHUL-Byung. **Topologia da violência.** Petrópolis: Vozes, 2017.

VERON, Eliseo. **El Cuerpo de las imagenes.** Buenos Aires: Norma Editorial. 2001.

_____. **La semiosis social.** Ideas, Momentos, Interpretantes. Buenos Aires: Paidós, 2013.